



**ESTADO DO AMAZONAS  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE APUÍ**



**COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO DA CMA**

**PARECER UCI**      Nº 021/2019  
**SOLICITADO:**      Memorando nº 031/2019 – SGADM  
**REFERENTE:**      QUARTO TERMO ADITIVO ao TERMO DE CONTRATO Nº 002/2015  
**MODALIDADE:**      Tomada de Preço (Processo nº 005/2015 – CPL) Edital nº 004/2015 -  
Menor Preço Global nº 003/2015 – CPL  
**OBJETO:**          Prestação de serviços contínuos de link de acesso à internet

**P A R E C E R**

Inicialmente, deu-se a abertura regular para andamento do processo administrativo, uma vez que consta a autorização do Chefe do Poder Legislativo e do responsável pela área requisitante, com a definição clara do objeto a ser executado e a sua destinação devidamente fundamentada, com as especificações, as condições de participação, o prazo de validade, unidade e espécie conforme observa-se no documentação acostada como Memorandos da Secretaria Administrativa, Anexos, Parecer Jurídico, Despacho da Presidência autorizando o prosseguimento do ato, o qual encontra fundamento na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, uma vez que foi descrito de forma clara, e precisa, sem especificações excessivas, irrelevantes e/ou desnecessárias.

Foi remetido pelo Gabinete da Presidência, Processo Administrativo, no qual requer análise de conformidade do Quarto Termo Aditivo referente a prorrogação do prazo de vigência, respectivamente, baseado no Termo de Contrato nº 002/2015, celebrado em 11 de dezembro de 2015, com vigência de 12 (doze) meses, entre a Câmara Municipal de Apuí/AM e empresa NORT SAT TELECOMUNICAÇÕES LTDA – EPP.

O contrato original tem por objeto a prestação de serviços contínuos de link de acesso à internet, visando atender as necessidades do Poder Legislativo em suas atividades. Quanto ao Quarto Termo Aditivo tem por finalidade a prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses sem reajuste no valor, conforme documentação acostada junto ao Processo, e com aceite da empresa através de Ofício nº 098/2019 – Nort Sat, de 19/11/2019, aceitando renovar sem reajuste.



**ESTADO DO AMAZONAS  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE APUÍ**



**COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO DA CMA**

A referida prorrogação contratual se justifica em função dos serviços serem necessário para o funcionamento dos departamentos desta Câmara. Por serem de natureza continuada e necessário, sendo indispensável para o órgão, fazendo-se necessário o Aditivo. Ressaltamos que durante a vigência do Contrato os serviços foram prestados regularmente. Onde a empresa contratada se manifestou interessada na prorrogação contratual.

Para a referida prorrogação há previsão contratual conforme cláusula, e previsão legal conforme o art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, conforme disponibilidade orçamentária e financeira inserida no Plano Plurianual 2017/2020, dotação orçamentária 0101.01.031.0001.2.001, fonte 33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

*Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:*

*II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a 60 (sessenta) meses.*

Ainda em preliminar, torna-se necessário referirmos que esta Unidade está se manifestando no sentido de, à vista das circunstâncias próprias de cada processo e na avaliação prévia das implicações legais a que está submetida esta Câmara, dar a Assessoria pertinente, a título de orientação e assessoramento, ressaltando-se que, no caso de haver irregularidades, as mesmas serão inexoravelmente apontadas em Auditoria Própria.

Atende o exposto, tendo assim um parecer favorável pela elaboração do Termo Aditivo.

É o Parecer.

Unidade de Controle Interno da Câmara Municipal de Apuí.

Apuí/AM, 28 de novembro de 2019.

**MARIA HELENA PEIXOTO DA SILVA  
Coordenadora de Controle Interno  
Portaria nº 020/2013**